

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANIA WUICIK DE LIMA

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS, APÓS UMA DÉCADA DE EXISTÊNCIA DA LEI 10.639/03

CURITIBA

2015

VANIA WUICIK DE LIMA

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS, APÓS UMA DÉCADA DE EXISTÊNCIA DA LEI 10.639/03

Monografia apresentada à Pós-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de especialista em Educação em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Fabíola Beatriz Franco de Sousa

CURITIBA

2015

Aos meus pais, marido e filhos, que foram grandes incentivadores e que sempre acreditaram em meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por todos os momentos de minha vida.

A minha orientadora, Professora Mestra Fabíola Beatriz Franco de Sousa, pelos seus ensinamentos, acompanhamentos, orientações e amizade.

Ao curso e professores do Curso de Educação a Distância em Educação das Relações Étnico-Raciais – MEC/SECAD e CIPEAD/NEAB-UFPR, por proporcionar tantos ensinamentos em minha vida acadêmica e profissional.

As professoras que responderam meus questionários, contribuindo muito com a realização deste estudo.

Aos meus familiares, Emir, Caroline, Eduardo, Antonio e Yolanda, que sempre estiveram ao meu lado, com apoio incondicional.

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de especialização da formação de professores de educação física em Relações Étnico-Raciais, depois de uma década da Lei nº 10.639 / 03. O problema que se baseia esta pesquisa é: Como os professores de Educação Física da Escola Municipal de Curitiba estão buscando formação na área das relações étnico-raciais, depois de uma década de vigência da Lei n. 10.639 / 03? O objetivo geral do estudo é ver como estes professores agem e buscam formação para trabalhar com seus alunos o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana em suas aulas. A pesquisa faz um levantamento da literatura existente sobre o assunto e incluiu a coleta de dados através de um questionário realizado com seis professores. Este levantamento teórico é apresentado em quatro capítulos com uma breve visão geral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei nº 10.639 / 03; Educação Física e relações étnico-raciais; formação de professores de educação física com um breve histórico; formação e interesse dos profissionais de educação física da Prefeitura Municipal da cidade de Curitiba sobre o tema abordado. Este trabalho levou à reflexão aspectos da história e da cultura Africana a serem trabalhados por todos os que fazem o sistema educacional brasileiro, com uma metodologia que minimiza o preconceito, a discriminação e o racismo que estão presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação Física; Lei nº 10.639 / 03; Educação Física em Relações Étnico-Racial.

## RESUME

This paper presents a study of specialization training of physical education teachers in Racial-Ethnic Relations, after a decade of Law 10.639 / 03. The problem which is based on this research is: How Teachers of Physical Education of the City School Curitiba are seeking training in the field of ethnic-racial relations after a decade of enactment of Law n. 10,639 / 03? The overall objective of the study is to see how these teachers act and seek training to work with their students the teaching of history and Afro-Brazilian culture and African in their classes. The research is a survey of the existing literature on the subject and included data collection through a questionnaire carried out with six teachers. This theoretical research is presented in four chapters with a brief overview of the Law of Directives and Bases of Education for the Education of Racial-Ethnic Relations and the Law 10.639 / 03; Physical education and ethnic-racial relations; training of physical education teachers with a brief history; training and interest of physical education professionals of the City of Curitiba on the topic discussed. This work led to reflection aspects of history and African culture to be worked by those who make the Brazilian educational system, with a methodology that minimizes prejudice, discrimination and racism that are present in our society.

Keywords: Physical Education; Law 10.639 / 03; Physical education Ethnic-Racial Relations.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2 UMA BREVE ABORDAGEM DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O QUE DIZ A LEI Nº 10.639/03.....</b>	<b>10</b>
<b>3 EDUCAÇÃO FÍSICA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS .....</b>	<b>14</b>
3.1 A MISTIÇAGEM.....	14
3.2 A EXPRESSÃO ATRAVÉS DO CORPO NEGRO.....	15
3.3 A CULTURA AFRO-BRASILEIRA COMO CONTEÚDO PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	16
<b>4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....</b>	<b>19</b>
4.1 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: BREVE HISTÓRICO .....	19
4.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A LEI 10.639/03 .....	21
<b>5. FORMAÇÃO E INTERESSE SOBRE O TEMA ÉTNICO-RACIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA.....</b>	<b>25</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei 10.639/03 em 9 de janeiro de 2003, inclui a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos das escolas, existe uma busca pelo conhecimento, valorização da história e contribuições que os africanos tiveram em nosso país.

A Lei 10.639/03 prioriza trabalhar as questões étnico-raciais principalmente nas áreas de artes, literatura e história, o que nos faz refletir sobre a importância de inserir esse tema nas demais matérias obrigatórias do currículo escolar, como a Educação Física, já que faz parte do colegiado, oportunizando vivências com abordagens na diversidade, crítica dos valores sociais (padrões de beleza, competição exacerbada, exclusão, discriminação social).

As atividades físicas tem se apresentado como grande estimulador e agregador de pessoas das mais diferentes características físicas e intelectuais, pelo grande interesse que os alunos têm pelas aulas de educação física. Desse modo, a utilização das aulas como integração social, difusão de ideias e valores como práticas benéficas, a fim de fomentar o reconhecimento e valorização da identidade nacional, da cultura corporal, da cultura brasileira e sua história.

A Educação Física possui um papel significativo na escola ao trabalhar diretamente com o movimento do corpo e o corpo em movimento, levando essa responsabilidade o profissional que trabalha essa matéria, que elabora as mais diversas representações educativas da cultura, com manifestações corporais que ultrapassam as marcas históricas de experiências de vida. É através de seus conteúdos estruturantes, que a Educação Física trabalha com jogos e brincadeiras, esporte, dança, ginástica e lutas, e por meio dessas atividades, é que se estabelece regras, respeito, companheirismo, coletividade, ética e formação de um cidadão crítico e reflexivo.

Este trabalho busca investigar a formação profissional do professor de Educação Física quanto à qualificação para trabalhar com conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira na escola, com aspectos na desconstrução de preconceitos étnico-raciais e que de bases para o professor trabalhar com esse conteúdo tão desafiador e ao mesmo tempo necessário na escola.

A pesquisa é uma revisão bibliográfica sobre a disciplina de Educação Física como trabalhou/trabalha o conteúdo étnico-racial, desde a promulgação da Lei 10.639/03 e após uma década de sua implantação se realmente está acontecendo. Tentei fazer um levantamento junto ao departamento responsável pelos cursos ofertados pela RME (Rede Municipal de Educação), com conteúdos que abrangem as relações étnico-raciais, como curso de lutas, específicos da aplicação da Lei nas aulas de educação física, jogos africanos e indígenas, danças desses gêneros, no período de 2003 a 2013, porém encontrei várias barreiras para conseguir esses dados. Devido ao prazo para entrega da conclusão do trabalho e a incerteza perante as informações dos dados dos cursos, mudei essa parte da pesquisa para entrevista com questionário com seis professoras de educação física que atuam na Rede Municipal de Educação.

## **2 UMA BREVE ABORDAGEM DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O QUE DIZ A LEI Nº 10.639/03**

O documento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais, de 2004, busca implantar medidas e ações para corrigir injustiças, diminuir discriminações e estimular a inclusão social, o Ministério da Educação vem buscando a cidadania para todos brasileiros no sistema educacional, lembrando que o ensino teve uma história de exclusão onde milhões de brasileiros foram impedidos ao acesso e permanência na escola. Esse quadro só começa a mudar com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que vem combater as injustiças nos sistemas educacionais, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural.

Muitos dispositivos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001), juntam-se a algumas instituições para estabelecer metas para valorizar a cultura étnico-racial, como podemos constatar.

“Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir”. (BRASIL, 2004, p. 9).

Devemos reconhecer, valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos dos africanos escravizados no Brasil colônia, a cultura e história de nosso povo, criando condições para os estudantes negros não sejam mais rejeitados e menosprezados pelas suas características físicas, incentivando para prosseguir com seus estudos. É o que pretendemos ter numa sociedade com o acesso ao conhecimento igualmente a todos.

“Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas

para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001". (BRASIL, 2004, p. 12)

Formas de discriminação de qualquer natureza não são sentimentos e ações exclusivas de dentro do ambiente escolar, porém passam por lá várias formas de racismo, desigualdades e discriminações decorrentes de nossa sociedade também agem nas escolas. Dessa maneira, a educação das relações étnico-raciais, leva a aprendizagens entre as pessoas sejam elas brancas ou negras, trocas de conhecimentos para a construção de uma sociedade mais justa.

A maneira que o Governo Federal encontrou para promover uma sociedade mais igualitária étnica e racialmente no campo da educação, foi a promulgação da Lei 10.639/2003 e no debate das cotas.

A Lei n. 10.639/2003 deve ser cumprida em todo o sistema de ensino, municipais, estaduais e federais, porém observa-se que os Conselhos de Educação, as Secretarias e nem o próprio Ministério da Educação não vem atuando de maneira sistemática para divulgá-la e/ou criar condições para sua efetiva aplicação. As práticas pedagógicas étnico-raciais desenvolvidas nos últimos anos, mesmo ricas em conteúdos, a maioria são ações isoladas de alguns profissionais que buscam a igualdade racial, mas sofrem com falta de apoio.

As informações disponíveis sobre a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais revelam que, apesar da riqueza de muitas experiências desenvolvidas nos últimos anos, a maioria delas restringem-se à ação isolada de profissionais comprometidos (as) com os princípios da igualdade racial que desenvolvem a experiência a despeito da falta de apoio dos sistemas educacionais. A consequência são projetos descontínuos com pouca articulação com as políticas curriculares de formação de professores e de produção de materiais e livros didáticos sofrendo da falta de condições institucionais e de financiamento.

Essas foram as principais conclusões da Oficina de Trabalho sobre a implementação da Lei n. 10.639/2003, realizada em novembro de 2007, organizada pela representação da UNESCO no Brasil e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/Secad). (BRASIL, 2008, p. 13)

Em fevereiro de 2004, o MEC (Ministério da Educação) criou a Secretaria Continuada Alfabetização e Diversidade (Secad), com o objetivo de enfrentar a desigualdade educacional no país. Essa Secretaria reuniu os programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos, as coordenações de educação indígena, diversidade e inclusão educacional, educação no campo e educação ambiental. A Secad busca articular programas para combater à discriminação racial e sexual, através de projetos de valorização da diversidade, mas tem muitos desafios pela frente.

”A Secad nasce com foco em um conjunto de problemas educacionais históricos, pouco reconhecidos e valorizados na agenda das políticas educacionais. Entre eles, o analfabetismo, as limitadas oportunidades de educação para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola e as insuficiências e desafios da educação indígena, da educação para pessoas com deficiências, da educação ambiental e da educação no campo. Com a Secad, após 70 anos da criação do Ministério da Educação, abriu-se um novo espaço organizado de diálogo com os movimentos sociais e com diversos outros grupos de interesse, do qual emergiu a demanda pela valorização da diversidade em geral e, em especial, a diversidade étnico-racial. A tarefa da nova secretaria é articular as competências e experiências desenvolvidas, tanto pelos sistemas formais de ensino como pelas práticas de organizações sociais, em instrumentos de promoção da cidadania, na valorização da diversidade e de apoio às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social, entre elas, a população negra. Deve ser considerado também que há situações de fragilidade social nesse universo, cujas determinações são mais estruturais e de difícil intervenção.” (BRASIL, 2008, p. 15)

Quando falamos que vivemos em uma democracia racial, a realidade é bem diferente. A situação educacional da população negra é bem mais desfavorável quando comparados aos estudantes brancos, visto que democracia racial em nosso país é apenas um mito.

Entre os vários programas que o Secad oferece, temos a Formação de Professores, que consiste na formação continuada de professores e educadores desenvolvida pelo Programa Uniafro, que financiou cursos presenciais (coordenados pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – Neab) e cursos à distância Educação-Africanidade-Brasil. Também produziu e distribuiu materiais de referência à Lei 10.639/2003 para os professores.

“Produção e distribuição de Material de Referência para Professores – Foram publicados 29 títulos da Coleção Educação para Todos (Secad/UNESCO), dos quais seis se referem à implementação da Lei

10.639/2003. Além dessa coleção, a Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (CGDIE/Secad) desenvolveu a linha editorial Educação e Diversidade Étnico-Racial que tem o intuito de impulsionar publicações referentes à História e à Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como estimular a produção de materiais didático-pedagógicos que não (re) produzam preconceitos, estigmas e discriminações contra a população negra e dar visibilidade acadêmica ao tema em tela por meio do estímulo às pesquisas sobre relações raciais e cultura negra no Brasil e no continente africano.” (BRASIL, 2008, p. 18).

Outros programas que contemplam com bolsas de ensino superior (universidades públicas, estaduais e federais) a estudantes afro-brasileiro e/ou de origem mais humilde de escolas públicas (ProUni – Programa Universidade Para Todos). A Secretaria de Educação à Distância (Seed), ofereceu formação à distância para gestores e profissionais da educação.

Mesmo o MEC buscando a organização dos fóruns sobre diversidade étnico-racial, publicando e distribuindo livros sobre a Lei 10.639/2003 e investindo na formação continuada de professores, observa-se que precisamos trabalhar com mais força, unindo as Secretarias de todo o Governo para promover uma sociedade mais igualitária, diminuindo a discriminação entre as etnias.

A discriminação racial antecedeu à formação de uma sociedade de classes no Brasil, explicando a situação da população afrodescendente na estruturação da sociedade brasileira como poderemos verificar melhor no capítulo que vem a seguir, na mestiçagem que detalha a origem do povo africano no território brasileiro. Entramos nas relações étnico-raciais na disciplina de educação física.

### 3 EDUCAÇÃO FÍSICA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

#### 3.1 A MISTIÇAGEM

Como característica marcante da sociedade brasileira, temos o fato dela ser o resultado da mistura dos povos e das culturas dos vários povos que vieram aqui povoar, por vontade própria ou à força. Como Marina de Mello e Souza afirma em seu livro *África e Brasil Africano* “... Somos um povo mestiço, de cultura mestiça, o que quer dizer que somos o produto de várias misturas, que resultaram em coisas diferentes daquelas que lhes deram origem.”(página 128).

Pessoas dos mais variados locais, como italianos, japoneses, alemães, espanhóis, açorianos e africanos chegaram a todos os lugares do Brasil, buscando uma vida melhor, usando seus conhecimentos anteriores e reproduziram suas sensibilidades nos novos ambientes que passaram a viver, contribuindo na formação da nossa sociedade.

A presença dos africanos foi predominante na construção da sociedade brasileira, pois eles foram a principal força de trabalho por muitos anos. Misturando-se com os índios e portugueses, deixaram suas marcas genéticas e manifestações culturais.

[...] “quando falamos em mestiçagem do povo brasileiro, estamos nos referindo basicamente às misturas entre os africanos e os povos que eles encontraram aqui, principalmente portugueses e indígenas. Foi essa mestiçagem que, apesar de atormentar as elites brasileiras que tentam diluí-la com outras mistura, se impôs como ideias de táticas da importação de cerca de cinco milhões de africanos ao longo de mais de trezentos anos.” (SOUZA, 2008, p. 129).

Essa mestiçagem nunca teve valorização, pois o preconceito contra o negro e o mestiço, principalmente aqueles economicamente menos privilegiados, continuou a existir. Só temos como exceção é a linda mulata quando falamos o tipo de mulher brasileira. Havia até recentemente muitas manifestações de preconceito contra o negro e o mestiço, como restrições de sua presença em determinados lugares, podemos citar como exemplo elevadores, ambientes públicos, hotéis e restaurantes. Como podemos constatar quando Marina de Mello e Souza relata que “... mesmo hoje em dia, apesar de existirem leis proibindo esse tipo de

discriminação, não são raras as ocasiões em que se tenta dificultar, ou mesmo proibir, a entrada de negros em determinados lugares”. (SOUZA, 2008, página 131).

No Brasil, a mestiçagem, não pode mais ser vista como característica negativa, presente fortemente em nossa cultura. Observamos as expressões corporais dos descendentes africanos com a valorização mundial do samba, do carnaval e recentemente a capoeira. Essas misturas de raças não podem mais serem vistas como degeneração e sim como enriquecimento cultural.

### 3.2 A EXPRESSÃO ATRAVÉS DO CORPO NEGRO

A população negra quando chegou ao Brasil, utilizou seu corpo como instrumento sociocultural e como agente emancipador da escravidão. Como afirma Munanga (2008 p. 152) que seja pela religiosidade, pela dança, pela luta, pela expressão, a via corporal foi o percurso adotado para combate, resistência e construção da identidade. O que vem representar essa expressão corporal é a capoeira, constituindo uma possibilidade para os escravizados diante das adversidades e dificuldades colocadas pelo regime escravista, sendo uma prática para cultivar as tradições e as crenças.

De certa forma, o corpo do escravo pertencia ao seu Senhor, seus corpos eram obrigados a trabalhar sem parar, de acordo com o ritmo imposto pelas plantações e colheitas, da mineração, eram muitas vezes violentados para atender desejos e fantasias sexuais.

[...] “os corpos hábeis, dinâmicos e produtivos dos africanos escravizados foram transformados em coisa, em peça, em máquina de realizar trabalhos forçados. Nos navios negreiros, os cabelos, marca de identidade, eram raspados, povos de diferentes matrizes 15dérias15ticas eram misturados, 15dérias15ticas-lhes a possibilidade da fala, causando-lhes dificuldades de comunicação”. (MUNANGA, 2008, p.152).

Os corpos dos negros africanos foram modificando e ganhando novas forças com o surgimento de descendentes nascidos no Brasil, possibilitando uma rede de resistência, para transgredirem de forma mais elaborada e articulada, o cotidiano das fazendas. O corpo foi a principal arma que promoveu essa transgressão. É o que esclarece Munanga:

[...] “por meio dos jogos, das festividades, da dança, das cerimônias religiosas de iniciação, das ervas ingeridas, da transformação dos alimentos, das intervenções estéticas no corpo e, sobretudo, nos cabelos, os negros recriaram tradições, inventaram novos símbolos, guardaram a memória ancestral e as ensinaram às novas gerações. Influenciaram, também, a educação dos meninos e das meninas brancas. Introduziram novos hábitos e paladares ao universo cultural dos senhores e das senhoras. Realizaram trocas estéticas, culinárias, e de resistência com os povos indígenas. Nesse processo, a tradição gestual e oral destacou-se como um dos principais elementos”. (MUNANGA, 2008, p.153).

Não tem como esconder que os africanos escravizados introduziram aqui no Brasil, uma vigorosa identidade corporal e musical. São responsáveis pelos maracatus, afoxés, o soul, o jazz, o reggae, o mambo, samba, funk, hip-hop, capoeira.

Os escravizados não possuíam armas suficientes para se defenderem e descobriram forma de enfrentar utilizando a capoeira. Inspirando-se na natureza, observando as brigas dos animais, as marradas, coices, saltos e botes, utilizando-se das estruturas das manifestações culturais trazidas da África. Utilizavam a arma do corpo para enfrentar o poder dos senhores, dos feitores e capitães do mato. Os escravos, nos momentos de folga, costumavam formar círculos e jogavam a capoeira, sem ela ser identificada como luta, mas sim, como uma brincadeira ou jogo.

Toda história e esse movimento corporal da população afro-brasileira que habitaram nosso território, devem ser aproveitadas e valorizadas em nossas escolas, para que não se perca a contribuição que deram em nossa formação. Entre muitas disciplinas, a Educação Física poderia enfatizar a importância histórica e cultural de índios e negros na construção de nosso país.

### 3.3 A CULTURA AFRO-BRASILEIRA COMO CONTEÚDO PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO

A Cultura com matrizes africanas que se misturou com a que já existia aqui no Brasil, foi denominada de afro-brasileira. Não podemos deixar cair no esquecimento toda a rica história de nosso povo que deve ser ensinado em sua totalidade, inclusive nas aulas de educação física, como valorização, identidade e

reconhecimento. Esse tema deve ser trabalhado na escola, para que os elementos da cultura afro-brasileira sejam lembrados e valorizados, pois nessas aulas, os alunos podem vivenciar diferentes manifestações culturais e corporais, com possibilidades de funções sociais, a partir de suas abordagens focadas na diversidade cultural, buscando desconstruir discriminações étnicas e sociais.

No ano de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio. Diante disso, surge a necessidade de propostas de atividades ou estratégias de ação para viabilizar esta temática a partir de vivências no âmbito da Educação Física escolar.

A Educação Física como área de saber na cultura corporal do movimento, possui uma gama de conteúdos e/ou estratégias de ação que podem contribuir para a abordagem da temática em questão.

A inclusão deste tema no currículo escolar propicia a possibilidade de um trabalho de interdisciplinaridade com os demais profissionais da escola, enriquecendo e dando um maior significado à aprendizagem dos alunos.

Referindo-se a Lei 10.639/03 que estabelece os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. No documento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que:

“Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.934/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros”. (BRASIL, 2004, p. 9)

É importante salientar que nada se refere à educação física, disciplina com conteúdos estruturantes, como jogos, brincadeiras, esportes, dança, ginástica e lutas, com objetivos de formar cidadão crítico e reflexivo.

Na própria história da educação física, tivemos um período onde o objetivo era ter um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível às doenças. Mas com grande preocupação na época com a eugenia. Como havia muitos escravos negros, existia o medo da mistura que descaracterizasse a raça branca. Mesmo que tivesse a preocupação com a qualidade de vida, as atividades físicas eram associadas com o trabalho escravo, e qualquer ocupação que culminasse no esforço físico era vista com maus olhos e considerada menor. Esse fato dificultou tornar a prática da educação física obrigatória nessa época. Nos dias de hoje, temos que valorizar o que o negro trouxe de contribuição na nossa história.

“Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras”. (BRASIL, 2004, p. 16)

Além dos temas já existentes no dia a dia das aulas de educação física, hoje podemos questionar a inclusão de elementos da cultura afro-brasileira nos conteúdos estruturantes, possibilitando uma construção de respeito a todos os seres humanos de maneira igual, independente de sua raça, etnia, classe social. Dessa forma, dando a mesma importância a esses conteúdos quanto aos apresentados nas práticas corporais como os esportes escolares.

As diretrizes da Educação Básica da Educação Física (BRASIL, 2008, página 60) sugerem que as aulas de Educação Física podem revelar-se excelentes oportunidades de relacionamentos, convívios e respeito entre as diferenças, de desenvolvimento de ideias e de valorização humana, para que a sua identidade cultural seja, considerado e acima de tudo preservada.

Diante de todas essas questões que envolvem as aulas, os profissionais que não procurarem formação estarão despreparados para enfrentar questionamentos e situações variadas.

## 4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

### 4.1 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: BREVE HISTÓRICO

Para compreender a formação do professor de Educação Física nos dias de hoje, deve-se verificar como ocorreu à construção dessa profissão ao longo da história no Brasil.

A construção da Educação Física teve início quando os primeiros grupos de imigrantes, militares na sua maioria, começaram a estruturar suas atividades, buscando o lazer, a formação corporal ou a disciplina. Foi a partir da promoção de jogos, exercícios físicos, atividades recreativas e competições que se organizou um conjunto de exercícios que visavam alto desempenho e habilidades corporais. Mas não ficou sobre responsabilidades de professores, como no estudo “A Formação do Profissional de Educação Física no Brasil: Uma História sob a perspectiva da Legislação Federal no século XX”, do professor doutor Samuel de Souza Neto e outros pesquisadores que relatam:

“Esse empreendimento esteve, no início, sob a responsabilidade de médicos, militares, esportistas e intelectuais. Em relação a esses últimos, lamentavelmente podemos afirmar que a sua contribuição não foi tão expressiva quanto aquelas dadas pelos militares, principalmente ao exército, e aos médicos, que, a exemplo do ocorrido em outros países emprestaram à educação física um caráter utilitário, eugênico e higiênico”. (NETO, 2004, p. 114).

Segundo a pesquisa do Dr. Samuel de Souza Neto, o período compreendido entre 1824 e 1931, o desenvolvimento da prática de exercícios físicos ocorreu entre os colonos alemães, com o objetivo de preparação física, defesa pessoal, jogos e esportes no ambiente militar, médico e social. É nesse período que surge os primeiros sinais de formação profissional sistematizada, com treinadores, instrutores e mestres de armas. Em 1931, surge o primeiro curso de educação física no Estado de São Paulo, na Escola de Educação Física, mas só começa a funcionar em 1934.

Entre 1932 a 1945, o profissional de educação física luta pelo seu espaço na sociedade com ajuda da revista Educação Física: Revista de Esporte e Saúde, editora Companhia Brasil, Rio de Janeiro, que assume a tarefa de dar legitimidade à profissão. O esforço da revista de legalizar a educação física vai de encontro com a

Constituição de 1937, que torna a educação física escolar obrigatória nas escolas e formação dos docentes.

Após 1945, o curso de formação de professor de educação física passou de dois para três anos, ganhando uma atenção especial na Lei de Diretrizes e Bases e com um currículo mínimo e matérias que garantiriam formação cultural e profissional adequadas. Na pesquisa de NETO (2003), mostra a preocupação em formar profissionais com uma visão mais didática:

“[...] outra exigência que os cursos deveriam atender era a de um percentual de 1/8 da carga horária do curso para a formação pedagógica, visando fortalecer a formação do professor e fazer dele um educador. Até então, a formação do professor de educação física ocorria de forma totalmente independente dos cursos de licenciatura para as demais áreas do conhecimento (matemática, geografia, história etc.). Dos professores dessas outras matérias do ensino de 1º e 2º graus era exigido o curso de didática (1939) e para a formação do licenciado na educação física não se exigia esse curso. Porém, em função dessa LDB, o Conselho Federal Educação (CFE) vai apresentar os pareceres n. 292/62 e n. 627/69, visando estabelecer os currículos mínimos dos cursos de licenciatura sublinhando que “o que ensinar” preexiste ao “como ensinar” e estabelecer um núcleo de matérias pedagógicas”. (NETO, 2003, p. 119).

Na década de 1960, constatou-se que os cursos de educação física (que na época eram paralelos ao do professor e do técnico desportivo) na prática não se mostravam adequados. Na formação de professor não havia as matérias pedagógicas suficientes para dar qualidade ao trabalho esperado e no curso de técnica desportiva constatou-se (relatos dos estudantes), que muitas escolas não estavam aparelhadas para manter cursos regulares. Na prática, não havia efetivamente um mercado de trabalho em quantidade e qualidade, permitindo que ex-atletas continuassem a ocupar o lugar dos profissionais formados por uma escola superior.

A criação do curso do Bacharelado em Educação Física ocorre em 1987, com uma nova proposta de assumir uma configuração tendo como fundamento da distribuição dos saberes nas estruturas curriculares duas grandes áreas: Formação Geral (humanística e técnica) e Aprofundamento de Conhecimentos. Também nessa época, surge um debate sobre a divisão de licenciatura e bacharelado, defendendo a formação do professor generalista, que forma um profissional com uma perspectiva humanista, com licenciatura plena, podendo atuar tanto em sistemas

educacionais formais quanto em não formais. O professor especialista (bacharel) é aquele que atua num ramo particular da educação física, com formação mais técnica.

Depois de muita discussão, como encaminhamento para a solução desses problemas, propõe-se um único título de conclusão, o de Graduação em Educação Física, como consta na pesquisa de NETO:

“No final do século, com as publicações da LDBEN n. 9.394/96, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei n. 9.696/98 com a regulamentação profissional da educação física, observou-se, a caminho, um novo desenho curricular para a área da educação como um todo e um novo delineamento no campo da intervenção profissional da educação física, bem como da educação, marcados por um novo fenômeno, o profissionalismo”. (NETO, 2003, p. 123).

A literatura revisada mostra que tanto a distância entre teoria e prática, como a fragmentação dos currículos constituídos por disciplinas isoladas, são reflexos da história.

Atualmente, há instituições que separam os cursos de Bacharel com o de Licenciatura em Educação Física, com especificidade em cada um. Essas formações devem ser repensadas para a humanização da educação física, da integração teoria/prática, corpo/mente, retomando a corporeidade para uma educação integradora e totalitária.

Analisando o histórico sobre o contexto da criação da Educação Física no Brasil, percebe-se que esta sempre se associou a métodos europeus como forma de treinamento da nossa população. Assumir a responsabilidade de trabalhar a cultura de matriz africana e indígena parte do professor, mas os benefícios que o movimento propicia para uma facilitação do aprendizado de outras culturas.

#### 4.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A LEI 10.639/03

A Educação Física assim como tantas outras disciplinas não é abordada na Lei 10.639/03, mas abrange em seu potencial a capacidade de trabalhar estes temas, pois as danças, jogos, lutas, e outras atividades que se encontram presente no dia-a-dia dessas populações e são realizadas através de muito movimento corporal. Os professores tem a liberdade para direcionar o trabalho para a área que

tenham mais domínio ou acham que mereça um maior destaque considerando que a Lei 10.639/03 não define quais aspectos deveriam ser trabalhados na imensa riqueza das culturas afro-brasileiras, sendo assim os professores podem dirigir o conteúdo da maneira mais conveniente para ele e para os alunos, mesmo verificando que na Lei e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a disciplina de Educação Física não seja mencionada como área de conhecimento para serem desenvolvidas as temáticas referentes à Lei, como são contempladas as áreas de Educação Artística, Literatura e História.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. (BRASIL, 1996, p.10)

Apesar de a Lei indicar que os conteúdos devem ser trabalhados em especial nessas disciplinas já citadas (educação artística e de literatura e história brasileiras), na área da Educação Física escolar, dentro de sua especificidade, tratando da cultura brasileira dentro de uma proposta específica baseada na cultura corporal de movimentos, possui ferramentas para a afirmação de uma identidade no aluno, onde possa conhecer e reconhecer valores e seu lugar na sociedade, transformando, adaptando, escolhendo e julgando o que é melhor para si. Enquanto práticas sociais, a Educação Física, reflete a atividade produtiva humana de buscar respostas às suas necessidades físicas e culturais.

A Educação Física pode auxiliar na formação completa do indivíduo, como afirmam Vagner Ferreira Reis e Jacqueline da Silva Nunes Pereira no estudo que fizeram:

“Neste estudo evidenciou que é necessária a aplicabilidade da Lei. 10.639/03, que altera a LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro – brasileira na

educação básica, constatamos que é possível inserir elementos da cultura afro-brasileira, nas aulas de educação física, pois são muitas as contribuições marcantes da cultura afro-brasileira e que até hoje exerce grande influência em nossa sociedade, nesse aspecto, podemos destacar a religiosidade, candomblé, umbanda, entre as danças, destacam-se: lundu, batuque, ijexá, coco, congadas e jongo entre outras a música temos o samba, pagode, a culinária, jogos e brincadeiras como labirinto, matacuzana, mancala, lutas temos a capoeira regional e de angola, no esporte, e a ginástica, e que podem ser ensinados nas aulas de educação física”. (REIS e PEREIRA, 2011, p. 3).

Nas aulas de educação física, os conteúdos devem ser enriquecidos com as mais diferentes culturas, priorizando as particularidades de cada comunidade. Lembrando o que Vagner Ferreira Reis e Jacqueline da Silva Nunes Pereira publicaram no Anais do VII Encontro Internacional de Produção Científica que “... as aulas podem favorecer muitas oportunidades de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças, de desenvolvimento de ideias e de valorização humana, para que a sua identidade cultural seja, considerado e acima de tudo preservada”. (2011, p. 3).

Verificamos nas escolas que os conteúdos relacionados à educação étnico-racial, é que muitas vezes ficam restritos as atividades pré-determinadas, inseridas como um recorte social, “solto” no contexto dos demais conteúdos.

Boa parte dos professores justifica essa baixa abordagem do tema étnico-racial pela ausência de material didático de apoio, uma má formação docente, além da falta de estratégias para organizar suas aulas. Porém, isso não é desculpa para não trabalhar com esses temas, pois o professor pode e deve buscar formação adequada e usar da criatividade para incluir o conteúdo étnico-racial em suas aulas. Também é importante o professor que trabalhe com tais temáticas, que busque um rompimento com atual modelo pedagógico deixando de lado alguns valores estereotipados e que por vezes subjulgam nossa cultura.

Pesquisa feita por Ádria Paulino da Silva (2013), na implantação da Lei n.10.639/03 em uma Escola Municipal de São Leopoldo/RS, com dois professores dessa escola, demonstra o desconhecimento da lei em questão, da dúvida e confusão se era a “Lei das Cotas”, como a autora descreve:

[...] Sobre a Lei 10.634/03, o professor novamente fica em dúvida, e pergunta se era a “Lei das Cotas”, após a explicação da pesquisadora responde que já ouviu falar e que esta era abordada na EMEF João Goulart nas séries iniciais, não nas aulas de Educação Física, ao contrário da

professora, que disse que jamais havia ouvido algo a respeito, nem na escola, e não sabia do que se tratava.” (SILVA, 2013, p. 285).

Mesmo depois de esclarecer sobre a Lei, existe uma resistência de trabalhar com o que é obrigatório, com as dificuldades da falta de formação e de informação. E quando existe essa prática, vemos que aparece somente a da Capoeira como prática para justificar essa “obrigatoriedade”, ficando a repetição mecânica do movimento, ou para cumprir calendário como a semana da consciência negra (dia 20 de novembro). Como constata Ádria na sua pesquisa:

“Perguntados sobre o que achavam desta política pública, ambos dizem que a proposta é importante, porém acreditam que torná-la lei, algo obrigatório, não é bom, segundo a professora, e destaca que o melhor seria que abordassem todas as etnias. E o professor acredita que isso já deveria vir de interesse do professor, sem ter que ser necessário uma lei que obriguem-no a isso.” (SILVA, 2003, p. 286).

Verificamos a importância da capacitação dos professores para trabalhar esse conteúdo rico, pois um educador bem preparado é um multiplicador de informações corretas, e um disseminador de vivências corporais, especialmente no processo pedagógico de ensinar e aprender.

Em relação aos cursos que oferecem graduação em Licenciatura em Educação Física, que capacita o indivíduo a dar aulas em escolas, verificamos uma grande propaganda do curso em relação ao mercado de trabalho, oferecendo oportunidades de desfrutar de um corpo docente altamente qualificado com muitos mestres e doutores.

Falam das vantagens da profissão, onde o movimento humano com diversos significados, com esportes, jogos, danças, lutas, ginásticas associados a uma vida equilibrada, saudável e rica em experiências. É uma profissão que busca aprimorar as potencialidades humanas, baseado num trabalho científico, elaborado para a saúde, o rendimento, o bem-estar, a inclusão social e o aprendizado esportivo.

Esclarecem que há muito tempo a educação física deixou de educar apenas o corpo, passando a preparar a mente e tornando um dos principais mercados de trabalho, um campo emergente e promissor.

## **5. FORMAÇÃO E INTERESSE SOBRE O TEMA ÉTNICO-RACIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA**

A Prefeitura Municipal de Curitiba possui um Portal <http://cursos.cidadedoconhecimento.org.br/cursos/index.php>, onde os funcionários podem ter acesso à programação de cursos e fazer inscrição em quais acharem interessantes. Os cursos visam capacitar os profissionais do magistério que atendam à sua qualificação profissional. O ato da inscrição, a frequência, a conclusão e ou cancelamento do curso, no caso de eventuais problemas, são de responsabilidade pessoal de cada servidor.

Mesmo tendo essa facilidade, muitos profissionais não buscam capacitações e algumas vezes os cursos não preenchem as necessidades. Nas relações étnico-raciais, o Portal ofereceu alguns cursos de Capoeira nos últimos anos. Em um primeiro momento, a pesquisa pretendia verificar os cursos que a Prefeitura Municipal de Curitiba ofereceu nesse período, para capacitar os professores de Educação Física sobre o tema em questão. Porém, deparou-se com vários obstáculos. Foi entrado em contato com o departamento responsável pelos cursos oferecidos pela Prefeitura, através de emails e telefonemas, o qual encaminhou para alguns setores/pessoas retornando com várias instruções como proceder para obter esses dados (cursos com o tema étnico-racial para a disciplina de educação física). Recebeu-se a relação de todos os cursos do ano de 2014 para fazer esse levantamento, mesmo tendo explicado que era uma pesquisa da última década. Após isso, entrou em contato com outro email dizendo que as informações seriam liberadas após a realização de um protocolo junto a Secretária de Educação, anexando o projeto de pesquisa e talvez assim obtivesse os dados.

Tentou-se fazer um levantamento sobre os cursos ofertados no período de 2003 a 2013 com conteúdos que abrangessem as relações étnico-raciais, como cursos de jogos africanos e indígenas, danças desses gêneros, porém encontraram-se várias barreiras para conseguir esses dados, o que fez mudar a maneira para verificar o interesse dos professores de educação física no tema relacionado com a Lei 10.639/03.

Para dar continuidade ao trabalho, buscaram-se dados reais com professores/as que atuam na prática da educação física, com abordagens étnico-raciais, através de informações a respeito de suas práticas por meio de questionários. Segundo Gil (1999, p.128), questionário pode ser definido.

“como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Sendo o questionário um conjunto de perguntas ordenadas que se faz para obter informações com algum objetivo concreto, numa busca de informações por parte de quem responde. Existem vários estilos e formatos de questionários, dependendo do resultado que se quer obter. São utilizados muitas vezes, como uma avaliação técnica, ou guia de pesquisa, onde se interroga sobre certos “problemas” que se quer descobrir.

Quais as vantagens e limitações que um pesquisador tem quando aplica um questionário em sua pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos, pode-se apontar:

“Vantagens – atinge grande número de pessoas simultaneamente; abrange uma extensa área geográfica; economiza tempo e dinheiro; não exige o treinamento de aplicadores; garante o anonimato dos entrevistados, com isso maior liberdade e segurança nas respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que entenderem mais conveniente; não expõe o entrevistado à influência do pesquisador; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; possibilita mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis. Limitações – pequena quantidade de questionários respondidos; perguntas sem respostas; exclui pessoas analfabetas; impossibilita o auxílio quando não é entendida a questão; dificuldade de compreensão pode levar a uma uniformidade aparente; o desconhecimento das circunstâncias em que foi respondido pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas; durante a leitura de todas as questões, antes de respondê-las, uma questão pode influenciar a outra; proporciona resultados críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito.” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p, 201).

Quando o profissional for formular um questionário, deve levar em conta se as perguntas são curtas, abertas, fechadas ou com combinação de ambas, precisas, numeradas, não ambíguas, não condicional e redigidas numa linguagem de acordo

com a idade e conhecimentos das supostas pessoas que irão responder. Para entender a diferença entre questionário com questões abertas, semiabertas e fechadas, o blog sobre Produção e Comunicação Científica define:

“Estas três modalidades de questionários são definidas em razão da natureza de suas perguntas. Assim, um questionário aberto é elaborado apenas com perguntas abertas (também conhecidas como “subjetivas”), ou seja, aquelas em que a resposta é apresentada textualmente e de forma livre. Por outro lado, um questionário fechado é elaborado com perguntas cujas respostas são definidas em meio a alternativas previamente estabelecidas (também conhecidas com questões “objetivas”). Por consequência, o questionário semiaberto apresenta um misto de questões abertas e fechadas.” (ARRABAL, Blog Prática da Pesquisa).

Um questionário não é tão simples de fazer e contém várias situações que o pesquisador deve levar em consideração, como o Professor Mestre em Administração pela USP e pela Universidade Católica de Campinas, em seu trabalho “O Questionário na Pesquisa Científica” conclui:

“Nenhum pesquisador, por mais capaz que seja, deve imaginar que o primeiro rascunho de um questionário deva receber a aprovação direta, transformando-se no instrumento definitivo para a coleta de dados. A Construção de um questionário deriva de um processo de melhoria, fruto de tantos exames e revisões quantas forem necessárias. Cada questão deve ser analisada individualmente, para garantir se é mesmo importante, se não é ambígua ou de difícil entendimento, etc. Todas as indagações quanto ao conteúdo, forma, redação e sequência devem ser feitas para cada questão. Uma vez concluída e revisão, feita pela equipe de pesquisa, o questionário estará pronto para o pré-teste. Após revisão originada no pré-teste o questionário estará em condições de ser aplicado eficazmente na pesquisa”. (CHAGAS,2000, p. 14).

Esta pesquisa foi realizada com seis professoras<sup>1</sup> de educação física que atuam na RME - Rede Municipal de Educação (solicitei para onze, mas somente seis responderam). Quando solicitei a alguns profissionais que respondessem, ouvi comentários perguntando do que se tratava essa lei (a professora não entregou o questionário), outros sequer deram um retorno ou justificativa por não responder.

Para realizar essa pesquisa, algumas questões foram levantadas como trajetória pessoal e conteúdos relacionados com a Lei 10.639/03.

---

<sup>1</sup> A fim de preservar a identidade das professoras elas receberam nomes fictícios.

### Questionário

Nome:

Idade:

Local e ano de graduação:

Tempo de SME:

1. Quando prepara suas aulas e surgem dúvidas em relação ao conteúdo relacionado com a Lei 10.639/03, geralmente busca referências em:

- Livros
- Revistas científicas
- Profissionais da área
- Internet
- Outros

2. Ao acessar a internet, tem facilidade em encontrar assuntos relacionando esse tema com a disciplina de educação física?

- Sim
- Não

Justifique sua resposta:

3. Na escola/estabelecimento que atua, a instituição trabalha esse conteúdo com que frequência?

- O ano todo, com demais conteúdos em paralelo a esse tema.
- Somente em datas comemorativas
- Não promove trabalhos

4. Já participou de cursos relacionados com o tema da Lei 10.639/03 oferecidos pela SME? Você considerou o conteúdo satisfatório ou não? Por quê?

5. Em sua opinião, porque se deve ensinar/trabalhar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física?

Na escolha das professoras, procurou-se mostrar uma amostragem diversificada, quanto ao tempo de atuação na RME, faixa etária variada e diferente núcleo da região de Curitiba.

Por motivos éticos e para obter dados mais fidedignos, todos os nomes das professoras entrevistadas são fictícios (com nomes estrangeiros, evitando qualquer comprometimento ou tipo de identificação das pessoas). Neste capítulo, a pesquisa abordada por meios da técnica de questionário, foi representada por seis professoras, conforme pode ser observado.

QUADRO 1. Os questionários foram encaminhados por emails ou entregues pessoalmente.

NOMES	DADOS PROFISSIONAIS			DADOS PESSOAIS
	ANO DE GRADUAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA PREFEITURA	IDADE
SUMMER	1996	FAEFIJA	7 anos	42 anos
KETTY	2009	Faculdade Dom Bosco	3 anos	29 anos
PRETTY	2001	Universidade Tuiuti do Paraná	9 anos	36 anos
BRITNEY	2002	UTP	10 anos	34 anos
KAROLYNE	2005	Universidade Estadual de Londrina	6 anos	36 anos
MARRIE	2005	Uniandrade	9 anos	35 anos

Quadro – DADOS SOBRE AS PROFESSORAS

Fonte: Organização da autora

A primeira professora a responder o questionário, Summer, quarenta e dois anos, concluiu o curso de Educação Física em 1996, e está na RME há sete anos. Quando surgem dúvidas referentes à Lei 10.639/03, busca apoio na internet. Porém, segundo o que relata, o conteúdo é escasso, contemplando a educação física com jogos e danças com poucos sites disponíveis. A escola que atua tem um trabalho efetivo referente à Lei, pois existe esse tema durante o ano todo, com todas as matérias. Também buscou cursos oferecidos pela Prefeitura, no caso fez curso de capoeira, salientando que acrescentou muito em sua prática, pois se formou há algum tempo e não teve esse conteúdo na faculdade. Finaliza com a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física:

Como se sabe a nação afro-brasileira tem muita musicalidade, e em nossa disciplina temos o conteúdo de dança, e podemos incluir as danças afro em nossas aulas, e também há muitos jogos que podem se inseridos dentro do conteúdo, jogos como uma maneira de maior amplitude de conhecimentos de nossas raízes e inserir uma nova visão e valorização desta cultura".(SUMER)

O rompimento com o silenciamento sobre o trabalho com a educação das relações étnico-raciais, nas aulas de educação física, revela que os rituais pedagógicos discriminatórios vão além dos muros desta instituição de ensino, mas, no entanto, tem aí o seu nascedouro. Neste íterim nasce à necessidade dos cursos de formação de professores terem em suas discussões essa temática. Isso fica bem evidente através do que nos diz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileiro e Africano.

Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras [...] estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo diferentes componentes curriculares., [...] a fim de evitar que questões tão complexas muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (BRASIL, 2004 p.17).

Para termos uma educação com qualidade, temos que ter profissionais competentes e capacitados para a prática de qualquer conteúdo, cabendo aos dirigentes promover atividades destinadas à formação de professores de todas as áreas de ensino.

A próxima professora, Ketty, vinte e nove anos, formou-se em 2009, e atua na Prefeitura há três anos. As dúvidas quando surgem nas aulas referentes à Lei 10.639/03, busca respostas em livros, e não sabe dizer se o acesso à internet desse tema é fácil ou não. A escola que atua, tem um trabalho contínuo sobre esse tema. Não participou de nenhum curso sobre a Lei, nem justificou o porquê (não tem interesse, profissionais despreparados, falta de tempo ou outro motivo, por exemplo). Sobre a importância do conteúdo nas aulas de educação física, afirma que “Tal conteúdo deve ser trabalhado em todas as áreas de ensino inclusive na Educação Física. É um tema relacionado à nossa cultura e que merece a devida atenção pelo incentivo à cultura e oportunidade ao conhecimento, bem como o ensino desde cedo a respeito de valores ao próximo e às diferenças”.

A terceira professora a responder o questionário esta envolvida com grupos de consciência étnico-racial e professora de capoeira. Pretty, trinta e seis anos, concluiu a graduação em 2001, está na RME há nove anos. Busca sanar dúvidas relacionadas à Lei 1-0.639/03 que surgem nas aulas, em livros e outros profissionais da área. Quando acessa a internet, acha fácil encontrar assuntos sobre a Lei na disciplina de educação física, com conteúdos de dança e lutas (capoeira), enfatizando

a positividade que pode contribuir nas aulas. A escola que atua, estimula o trabalho sobre o tema durante o ano todo. Sobre os cursos ofertados pela RME, diz que já participou dos relacionados com capoeira e outro com o tema “Desconstruindo a África”, mas salienta a importância de mais cursos sobre a temática, pois acabamos inserindo somente danças e a capoeira enquanto manifestação e patrimônio histórico. Em sua opinião quando questionada sobre a importância de ensinar a história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas, afirma “Com certeza pelo histórico e riqueza que nossas origens contribuem e fortalecem a cultura afro-brasileira. Relacionar, entender, exemplificar, estudar a cultura e o povo africano é entender e conhecer anos de luta de um povo”.

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõem aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projetos conjuntos para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (BRASIL, 2004, p12)

Refletir sobre as relações étnico – raciais que estão por de trás das práticas inseridas no interior da escola nos leva a pensar que não basta apenas sermos receptores de conhecimentos previamente estabelecidos, ou realizarmos seminários, ou somente comprar materiais que abordem essa temática, ou até mesmo discutirmos questões curriculares presentes na escola se não realizar um trabalho sério e comprometido com a diversidade étnico – racial da escola, principalmente nas aulas de educação física.

A seguinte professora Britney, tem trinta e quatro anos, formou-se em 2002 e está há dez anos na RME. Quando questionada como resolve as dúvidas que surgem nas aulas referentes à Lei 10.639/03, disse que busca respostas em livros, profissionais da área e na internet. Porém na internet tem dificuldade em encontrar o tema da Lei relacionado com a disciplina de educação física, que geralmente esta questão está associada a outras áreas do conhecimento e não especificamente com a educação física. A escola que atua, o tema étnico-racial é trabalhado durante o ano todo em paralelo com outros conteúdos. Quando aos cursos oferecidos pela RME, disse que já participou e foi esclarecedor, o que gerou interesse da equipe da escola realizar a Semana de Estudos Pedagógicos relacionados sobre o assunto. Questionada sobre a opinião em ensinar a história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física, respondeu: “A Educação Física tem papel tão

importante quanto às outras disciplinas no contexto escolar. As questões de cultura e história afro-brasileiras podem e devem ser amplamente trabalhadas nos diferentes eixos da Educação Física Escolar”.

Outra profissional a responder o questionário, Karolyne, trinta e seis anos, concluiu a graduação em 2005, está na RME há seis anos. Quando se depara com dúvidas nas suas aulas relacionadas à Lei 10.639/03, busca apoio em livros, profissionais da área e internet. Ao acessar a internet, acha com facilidade assuntos de educação física referentes com a Lei, mas salienta a importância de verificar o site, pois não é tudo que está na rede que se pode usar. Na escola que atua, os profissionais trabalham o tema relacionado às questões étnico-racial somente em datas comemorativas. Quanto aos cursos sobre a Lei na disciplina de educação física oferecidos pela RME, diz que não participou e não sabe se houve algum. Perguntada sua opinião sobre a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física, respondeu: “Toda cultura deve ser trabalhada nas disciplinas pela importância de sua manutenção histórica. É muito rica a cultura e história afro-brasileira e a africana em nosso contexto (educação física) vejo a importância da dança e expressão corporal”.

Analisando as respostas dessa professora, na questão onde pergunto se o estabelecimento que atua trabalha o conteúdo étnico-racial com que frequência e ela respondeu que somente em datas comemorativas, pude verificar que a escola/profissionais não cumprem com o que está escrito no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que diz:

“O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social...” (BRASIL, 2004, p. 22).

A última professora que respondeu as perguntas, Marrie, trinta e cinco anos, se graduou em 2005, com nove anos de tempo de RME. Quando surgem dúvidas ao conteúdo relacionado com a Lei 10.639 ao preparar suas aulas, normalmente busca ajuda com profissionais da área e na internet. Ao acessar a internet atrás de assuntos

referentes à Lei, geralmente encontra artigos relacionados a jogos. Na escola que atua, o conteúdo étnico-racial é trabalhado o ano todo em paralelo a outras disciplinas. Ao ser questionada sobre a participação de cursos oferecidos pela RME com o tema da Lei, disse que não participou (somente um de capoeira) de nenhum específico. Em sua opinião, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física, respondeu que: “A história e cultura afro-brasileira é a raiz da cultura e história do nosso país. Não dá para separar as duas”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou analisar a partir das concepções dos autores lidos, da realidade observada na escola e de questionário realizado com seis professoras de educação física da Rede Municipal de Educação, a existência de um processo de desigualdade racial e social. Com resultados, já não cabe mais silenciar diante do desafio de uma prática pedagógica onde priorize a diversidade e a construção da cidadania dos alunos.

Devemos avançar na discussão sobre a Lei Nº 10.639/03, pois “desconstruir” conceitos, reparar culturas e combater preconceitos, demandam uma luta política na escola em forma de interesse comum e interdisciplinar, sendo necessário suscitar o conceito de corpo e movimento como criadores de sentidos e significados. Sentidos esses forjados baseados nas ideologias de branqueamento, exaltando a cor da pele e no ideal de corpo e aparência, resultando na dificuldade de identificar valores que representam a matriz étnico-racial negra e indígena, promovendo discussões mais aprofundadas sobre a ligação entre corpo, ancestralidade, educação e cultura.

Com a pesquisa, pude verificar que os africanos e os afrodescendentes contribuíram fundamentalmente para a formação da diversidade do país e da cultura brasileira. A religiosidade, a visão de mundo, a dança, música, a culinária dos escravos resistiram às pressões de outras culturas e formaram o que conhecemos hoje.

Aspectos da história e da cultura africana e afro-brasileira precisam ser trabalhados por todos que compõem o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de minimizar preconceitos, discriminações e racismo que estão presentes na nossa sociedade, mostrando que a cor da pele não determina a capacidade de um ser humano. Ela é apenas uma característica, assim como o tamanho dos pés, a cor dos olhos, altura, peso.

Será que apresentar a cultura afro-brasileira somente nas práticas religiosas, música e alimentação, retrata a real contribuição do povo negro na história do Brasil? Acredito na inserção da cultura étnico-racial nas escolas, o mercado de trabalho, na comunidade, fazendo parte do cotidiano como algo corriqueiro. Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversidade étnica do povo pode ser um dos

caminhos para que se garanta a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais. Para isso acontecer, deve haver união entre as pessoas, povos, nacionalidades e culturas, respeitando as diferenças, onde a educação das relações raciais seja um avanço social. A Lei 10.639/03 vem promover essa transformação na educação quando trabalhada de forma consciente, sem improviso, garantindo a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial, enfrentando as culturas e práticas discriminatórias e racistas presentes no cotidiano no sistema de ensino, comprometendo a educação de qualidade para todos.

Aos educadores cabe estimular seus alunos a reconhecerem a legitimidade dos diferentes saberes presentes na sociedade, percebendo como cada grupo sócio-racial contribuiu para a formação da identidade cultural do país. Nas escolas, o professor se depara com uma população multirracial devendo adotar uma postura ética e apresentar novas práticas.

A educação física é uma disciplina que trata da linguagem corporal, é um espaço/tempo no ambiente escolar onde é viável e possível a discussão sobre as questões raciais. As aulas propiciam a aproximação de outra pessoa, o tocar, por exemplo, ocorre e permeia as ações numa aula de educação física mais que em outros momentos, e essa linguagem do corpo coloca questões que muitas vezes não são transmitidas verbalmente, seja pela falta de percepção ou por um racismo velado.

Nessa perspectiva, percebe-se que o trabalho com os questionários analisados, onde mesmo tendo a oferta de cursos oferecidos pela SME – Secretaria Municipal de Educação para professores concursados, poucos demonstram interesse em capacitação, mesmo aquele que acham necessários e importantes o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas aulas de educação física. Alguns profissionais não relacionam a Lei 10.639/03 com o conteúdo que contém. Reconhece-se também, por meio da pesquisa, a falta de incentivo por parte dos departamentos responsáveis pelas capacitações dos profissionais, seja pelas variações de conteúdos (sugiro cursos de dança afro-brasileira, jogos africanos, a Lei 10.639/03 com aplicação prática nas aulas de educação física entre outras capacitações possíveis).

Frente aos resultados dos questionários feitos com as professoras de educação física da Rede Municipal de Educação da Prefeitura de Curitiba, verificou-se que todas as professoras procuram soluções para suas dúvidas referentes a Lei 10.639/03, em internet, profissionais na área, livros. Quando buscam referências na

internet, encontram dados mais voltados a jogos e lutas, com poucos sites voltados a esse tema e muitos não são confiáveis. Responderam a escola que atuam, trabalham o ano todo esse conteúdo (somente uma professora disse que sua escola fala sobre as relações étnico-raciais exclusivamente em datas comemorativas – fato esse que não respeita o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).

Em relação aos cursos ofertados pela Prefeitura, se os conteúdos foram satisfatórios, três responderam que não participaram (não justificaram o porquê) e as outras falaram que frequentaram os cursos e que foi muito bom, acrescentando muito em suas práticas e despertando interesse da equipe da escola de realizar a Semana de Estudos Pedagógicos relacionados a este tema. Por fim, foi perguntado sobre a opinião delas sobre o ensino/trabalho da história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física, todas respondem de maneira positiva como relatam: “que a educação física tem papel tão importante quanto às outras disciplinas no contexto escolar, as questões de cultura e história afro-brasileiras podem e devem ser amplamente trabalhadas nos diferentes eixos da Educação Física escolar”; “tal conteúdo deve ser trabalhado em todas as áreas de ensino inclusive na educação física, é um tema relacionado à nossa cultura e que merece a devida atenção pelo incentivo à cultura e oportunidade ao conhecimento, bem como o ensino desde cedo a respeito de valores de respeito ao próximo e às diferenças”; “porque a história e cultura afro-brasileira é a raiz da cultura e história do nosso país, não dá para separar as duas”; “toda cultura deve ser trabalhada nas disciplinas pela importância de sua manutenção histórica. É muito rica a cultura e história afro-brasileira e africana em nosso contexto (educação física) vejo a importância da dança e expressão corporal”; “com certeza pelo histórico e riqueza que nossas origens contribuem e fortalecem a cultura afro-brasileira, relacionar, entender, exemplificar, estudar a cultura e o povo africano é entender e conhecer anos de luta de um povo”; “como se sabe a nação afro-brasileira tem muita musicalidade, e em nossa disciplina temos o conteúdo de dança, e podemos incluir as danças afro em nossas aulas e também há muitos jogos que pode ser inseridos dentro do conteúdo jogos como uma maneira de maior amplitude de conhecimentos de nossas raízes e inserir uma nova visão e valorização desta cultura”.

Todas as medidas tomadas devem ser levadas em conta o melhor ensino para nossos alunos, de forma interessante, aproximando e contribuindo para uma facilidade de adequação, permitindo que o estudante possa reconhecer e vivenciar experiências, movimentos, sensações e curiosidades. E os conteúdos que podem ser parte integrante de um programa de educação física e que podem auxiliar no entendimento de questões de raça e etnia, acabam por auxiliar na construção de valores, quando o profissional busca estar bem capacitado. Questões envolvidas e expressadas pelo corpo podem trazer conflitos e soluções para alunos e professores, gerando uma atmosfera propícia para problematização do tema.

Mesmo que alguns cursos de graduação de educação física não ofereçam disciplinas relacionadas às atividades e conteúdos étnico-raciais, como jogos, danças, capoeira, atividades recreativas entre outras, o professor deve buscar em outros meios, informações que deem a ele subsídios para aplicar em suas aulas esses temas, pois estes alunos, talvez futuros professores, devem ter maiores oportunidades de práticas pedagógicas. Esta abordagem não indica que aspectos da cultura do povo negro devem ser tratados nas escolas especificamente pela disciplina de educação física, mas sim constituir uma prática interdisciplinar. Assim, as escolas podem permitir que nas aulas de educação física, os alunos vivenciem diferentes práticas corporais das mais diversas manifestações culturais presentes no seu cotidiano, como as danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas que compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esse conhecimento contribui para adoção de uma postura não preconceituosa e não discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais.

Finalmente, acredito num estabelecimento escolar onde todas as disciplinas têm deveres iguais, promovendo a educação das relações com seus alunos, trabalhando a diversidade brasileira como algo de fundamental importância, discutindo, problematizando e analisando as práticas docentes.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 6ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ARRABAL, A.K. Qual a diferença entre questionário aberto, semiaberto e fechado? Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/01/qual-diferenca-entre-questionario.html>. Acesso em 01/08/2015.

BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, DF 23 de dezembro de 1996. Capítulo II, Seção I, Inciso 1º e 2º

BRASIL. **Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003**. Disponível em: [http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp\\_cga\\_lei10639.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_lei10639.pdf). Acesso em (05/06/2015).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em (02/04/2015).

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na Pesquisa Científica**, 2000. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/107664/11092/questionarios.pdf>. Acesso em (01/08/2015).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, SP: Ação Educativa, 2006.

NETO, Samuel de Souza. et al. **A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob perspectiva da legislação federal no século XX**, 2004. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/230/232>. Acesso em (01/05/2015).

PARANÁ, secretaria estado da educação **Diretrizes Curriculares do ensino básico, Educação Física**, Paraná, Seed, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REIS, Vagner Ferreira e PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. **VII Encontro Internacional da Produção Científica. A Cultura Afro-Brasileira como conteúdo a ser ensinado nas aulas de Educação Física.** 2011. Disponível em: [http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/vagner\\_ferreira\\_reis.pdf](http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/vagner_ferreira_reis.pdf)  
Acesso em (24/04/2015).

SILVIA, Ádria Paulino; PEREIRA, Ednaldo Filho. **A Lei 10.639/03 na compreensão de professores de educação física:** estudo de caso da Escola Municipal de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, v.18, n.3, p.279-290, dezembro 2013. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/1176/1139>. Acesso em (02/11/2014).

SOUZA, Mariana de Mello. **África e Brasil Africano.** 2ª Ed. São Paulo, SP: Ática, 2008.

## ANEXO

Questionário respondido pelas professoras de Educação Física da Prefeitura Municipal de Curitiba:

### Questionário

Nome:

Idade:

Local e ano de graduação:

Tempo de SME:

1. Quando prepara suas aulas e surgem dúvidas em relação ao conteúdo relacionado com a Lei 10.639/03, geralmente busca referências em:

( ) Livros

( ) Revistas científicas

( ) Profissionais da área

( ) Internet

( ) Outros \_\_\_\_\_

2. Ao acessar a internet, tem facilidade em encontrar assuntos relacionando esse tema com a disciplina de educação física?

( ) Sim

( ) Não

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Na escola/estabelecimento que atua, a instituição trabalha esse conteúdo com que frequência?

( ) O ano todo, com demais conteúdos em paralelo a esse tema.

( ) Somente em datas comemorativas

( ) Não promove trabalhos

4. Já participou de cursos relacionados com o tema da Lei 10.639/03 oferecidos pela SME? Você considerou o conteúdo satisfatório ou não? Por quê?

---

---

---

---

---

5. Em sua opinião, porque se deve ensinar/trabalhar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física?

---

---

---

---

---

**Obrigada pela colaboração!!!!**